



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA




ÁREA DE GOVERNANÇA, RISCOS, INTEGRIDADE E CONTROLES INTERNOS - GRIC.

RELATÓRIO TRIMESTRAL

3º TRIMESTRE DE 2019




(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “double sided”)



<p>DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p>Presidente Thiago Vasconcelos Barral Ferreira</p> <p>Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais Giovani Vitória Machado</p> <p>Diretor de Estudos de Energia Elétrica Erik Eduardo Rego</p> <p>Diretor de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis. José Mauro Ferreira Coelho</p> <p>Diretor de Gestão Corporativa Álvaro Henrique Matias Pereira</p> <p>Área de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos - GRIC Elzenclever Freitas de Aguiar – Gestor da GRIC José Ricardo de Moraes Lopes – Analista de Pesquisa Energética lotado na GRIC Diogo Vera de Carvalho - Estagiário</p>	<p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Membros do Conselho de Administração Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior Reive Barros dos Santos Thiago Vasconcelos Barral Ferreira Evandro César Dias Gomes João Paulo Bittar Hamú Nogueira Euler João Geraldo da Silva</p> <p>CONSELHO FISCAL</p> <p>Membros do Conselho Fiscal. Alexandre Lauri Henriksen Paulo Roberto Soares Pacheco Helano Borges Dias</p> <p>CONSELHO DE AUDITORIA</p> <p>Presidente Luís Carlos da Conceição Freitas</p> <p>Membros do Conselho de Auditoria Elani Mendes da Mota Silva Herbert Adriano Quirino dos Santos</p>
--	--

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “double sided”)



Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. PRINCIPAIS RESULTADOS	8
3. DETALHAMENTO DOS RESULTADOS	9
3.1 Monitoramento das Matrizes de Riscos elaboradas pelas Superintendências	9
3.2 Análise de viabilidade para atendimento dos requisitos para classificação como Empresa Pró Ética e implementação dos itens possíveis	11
3.3 Apoio à área de DP/SGP/DGC, para análise de Riscos do processo de Gestão da Folha de Pagamento da EPE	12
3.4 Atender ao indicador de governança da Administração Pública (IG SEST) – 4º Ciclo	12
3.5 Elaboração dos planos de ação para mitigação dos Riscos Estratégicos	14
3.6 Elaboração e aprovação da Política de Transação com Partes Relacionadas	14
3.7 Execução de palestras avulsas sobre o tema sempre que requisitado ou por iniciativa da própria área (tema recorrente).....	15
3.8 Monitoramento do Programa de Integridade.....	16
3.9 Revisão de aspectos pendentes e início do monitoramento do Plano de Integridade.....	17
3.10 Participações em eventos e reuniões	17
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19

1. INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva da EPE, no dia 02 de junho de 2017, aprovou um conjunto de ações para estruturação da Área de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (**GRIC**), vinculada à Presidência.

Dentro de suas competências previstas no Estatuto Social da EPE, ressalta-se a competência prevista no inciso XI, do Art. 126 que determina a necessidade de elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria.

Dessa forma a área de GRIC apresenta o seu Relatório Trimestral, contendo informações sobre as atividades executadas no período indicado.

Salienta-se que os projetos conduzidos pela área de GRIC garantem e reforçam o alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e com o atendimento dos seguintes objetivos e iniciativas estratégicas (PEI ciclo 2016-2019):

- Aperfeiçoar a governança institucional;
- Promover a cultura e melhores práticas de governança institucional;
- Estimular a vivência de um ambiente de ética e integridade na EPE;
- Assegurar o alinhamento com as diretrizes governamentais de gestão; e
- Garantir a qualidade, a confiabilidade e a efetividade no desenvolvimento das atividades da EPE.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS

Na figura abaixo observa-se um breve resumo, onde constam as principais atividades da área de GRIC desenvolvidas no 3º Trimestre de 2019.

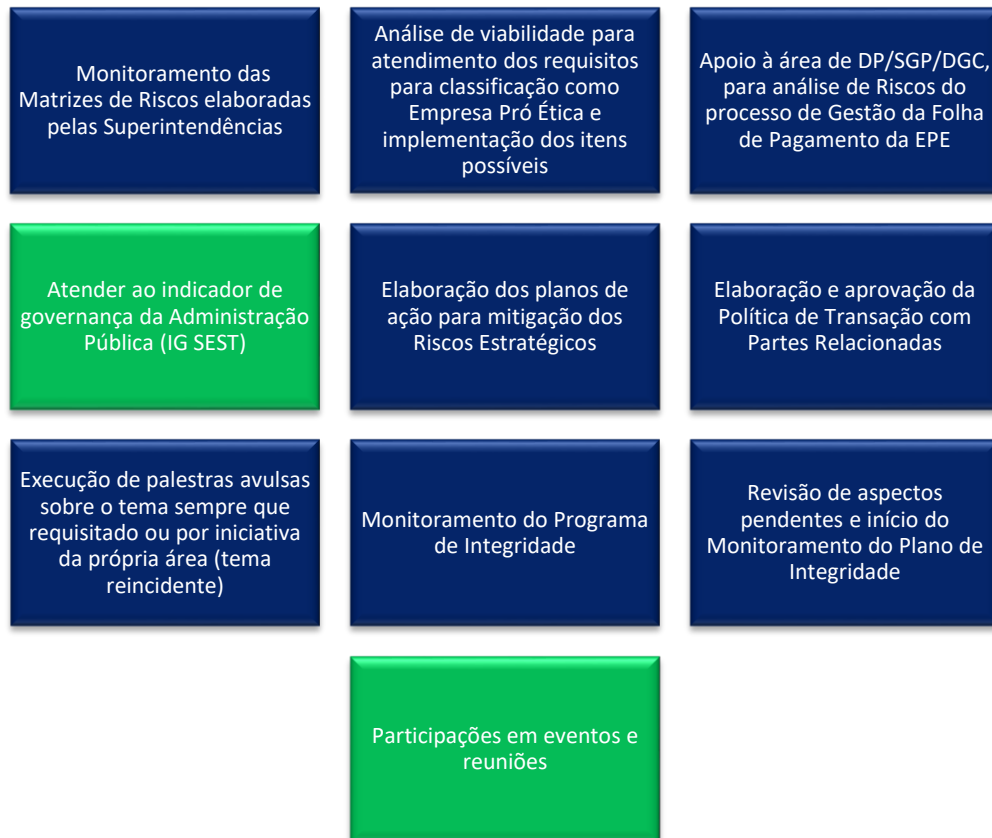


Figura 1 - Principais atividades realizadas ou em andamento.

Legenda:

- Em andamento
- Concluído

3. DETALHAMENTO DOS RESULTADOS

3.1 Monitoramento das Matrizes de Riscos elaboradas pelas Superintendências

A área de GRIC, visando cumprir com suas competências definidas nos incisos II, VII, IX, XII, do Art. 126 do Estatuto Social da EPE, iniciou um trabalho junto ao Comitê Executivo de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC-X), objetivando facilitar a utilização e disseminação da Metodologia de Gestão de Riscos na Empresa. Cada membro do comitê deveria implementar um case de aplicação da metodologia em suas próprias Superintendências. O que envolveria a escolha de um Objetivo, projeto ou atividade que deveria ter seus riscos levantados, de acordo com o preconizado pela Norma de Gestão de Riscos e de Controles Internos (NOG-DGC-017) e com o Procedimento Metodológico para Gestão de Riscos (POE-GRIC-002). Sugeriu-se aqui escolha da macro competência de cada uma das Superintendências e o levantamento dos principais riscos que o afetariam.

Esse trabalho teve início no segundo trimestre de 2019 e encontra-se em processo de conclusão, com as Superintendências enviando suas versões finais contendo a assinatura, tanto do Superintendente, quanto do Gestor da GRIC, Elzenclever Freitas de Aguiar. Segue na Figura 2 a disposição de Superintendências versus representantes, ações/projetos e quantidade de riscos em análise.

Áreas	Superintendência	Representante do Comitê	Ação e/ ou Projeto	Quantidade de Riscos Identificados
DEE	STE	Fábio de Almeida Rocha	Relatório de viabilidade técnico econômica de alternativas (R1)	10
	SGE	Joana d’Arc	Publicação do Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica - PDE / Elaboração do Capítulo 3 - Geração de Energia Elétrica - PDE	14
	SEG	Guilherme Fialho	Cadastramento e Habilitação de Projetos para os Leilões de Energia / Etapa de Inscrição e Cadastramento de Projetos para os Leilões de Energia	7
DPG	SPT	Deise dos Santos Trindade Ribeiro	Elaborar estudos de gestão dos recursos e reservas de petróleo e gás natural / Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás	3
			Desenvolver Plano Indicativo de Oleodutos / “Plano Indicativo de Oleodutos”	5
DEA	SEE	Gustavo Naciff de Andrade	Balço Energético Nacional	3
	SMA	Elisângela M. de Almeida	Estudo Ambiental da Área Sedimentar do Solimões	7
			Realizar Estudos Socioambientais para Expansão da Geração Hidrelétrica / UHE Bem Querer	5
DGC	SGP	Marcelo Fernandes	Aprimorar a prestação de serviços da DGC / Aperfeiçoar a Gestão de Ponto	6
	SRF	Mariana Azevedo	Processamento de despesas / Efetuar pagamentos devidos	3
	SRL	Lauro Damasceno	Aprimorar a prestação de serviços da DGC / Aperfeiçoar a Gestão Patrimonial	7
	STI	Cláudia Bento	Promover a Segurança da Informação e Comunicações	23
Presidência	Conjur	Luisa Alves	Exercer a representação judicial ou extra-judicial da empresa	3

Figura 2 - Listagem de Superintendências versus representantes, ações/projetos e quantidade de riscos em análise.

Salienta-se que a gestão de riscos é uma ferramenta de grande importância para a governança corporativa trazendo, por fim, inúmeros benefícios para a processo decisório da Alta Administração e para todos os níveis de coordenação.

Vale ressaltar também que as Matrizes de Riscos das Superintendências estarão disponíveis, com sigilo, no relatório de resultados anual e poderão ser devidamente apreciadas.

3.2 Análise de viabilidade para atendimento dos requisitos para classificação como Empresa Pró Ética e implementação dos itens possíveis

O Pró Ética, no Brasil foi criado como forma de se promover um ambiente corporativo íntegro, ético e transparente. A primeira edição do Pró Ética ocorreu em 2010 e se deu através da parceria entre a Controladoria Geral da União e o Instituto Ethos. Parceria esta que se fortaleceu com a criação de um comitê de entidades dos setores público e privados. As medidas de integridade exigidas para a obtenção do certificado Pró Ética não são coercitivas, mas necessárias para que a EPE possa ser reconhecida como uma empresa Pró Ética. A premiação ocorre anualmente e para as empresas inscritas que se enquadrem nos critérios de avaliação sobre a efetividade dos Programas de Integridade das empresas públicas e privadas. A inscrição no Programa Selo Pró Ética é interessante, pois a lista dos participantes não é divulgada por razões de lisura e sigilo, e caso a empresa participante seja reprovada, o comitê analítico gera um relatório explicativo informando quais as comprovações que ainda faltam provar para que esta empresa venha a ser aprovada. O recebimento da do Selo Pró Ética gera o reconhecimento público da empresa proativa premiada, a sua publicidade e a avaliação do seu Programa de Integridade.

Em cima disso, a área de GRIC desenvolveu um trabalho avaliativo prévio para analisar a porcentagem de itens que seríamos capazes de atender do Pró Ética antes de nos inscrevermos. A avaliação encontra-se em processo de conclusão, foi apresentado ao Comitê de Governança, Riscos, Integridade, e Controles Internos, onde foram pedidas contribuições. O resultado dos trabalhos já foi encaminhado para à Diretoria Executiva para apreciação e aprovação e permitirá a Empresa estabelecer os planos de ação, visando o cumprimento dos requisitos estipulados e que ainda faltam e pleitear a obtenção do Selo com um maior grau de assertividade.

3.3 Apoio à área de DP/SGP/DGC, para análise de Riscos do processo de Gestão da Folha de Pagamento da EPE

O processo de apoio à área de DP/SGP/DGC para a análise de riscos do processo de gestão da folha de pagamento da EPE se iniciou em agosto de 2019. O pontapé inicial se deu com uma reunião entre as áreas de GRIC e a SGP, onde foi encaminhado que a SGP faria um levantamento dos principais gaps no processo de gestão da folha de pagamentos, seus principais riscos e quais os controles implementados para gerir esses riscos.

A conclusão deste projeto depende do andamento dos trabalhos e está prevista para dezembro de 2019.

3.4 Atender ao indicador de governança da Administração Pública (IG SEST) – 4º Ciclo

O indicador IG-SEST foi desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), com o objetivo de trazer maior efetividade e transparência no acompanhamento das boas práticas de governança pelas estatais federais de controle direto. Enquanto nos dois primeiros ciclos buscou-se avaliar a conformidade das empresas estatais, à Lei das Estatais, no terceiro ciclo buscou-se priorizar a avaliação da efetividade do funcionamento das estruturas de governança implantadas nessas empresas, bem como, das melhores práticas de governança corporativa adotadas no mercado. No quarto ciclo, a SEST manteve a mesma sistemática de apuração do 3º ciclo, com pequenas alterações, que buscavam aferir se mais empresas públicas conseguiriam atingir os níveis mais altos de governança.

Com objetivo de atingir o nível 1 (um) de excelência no **4º Ciclo da Certificação do Indicador de Governança IG-SEST**, a EPE trabalhou de forma a garantir o atendimento do maior número de indicadores possíveis. Devido aos trabalhos já realizados, quase a totalidade dos indicadores já haviam sido atingidos e

comprovados no 3º ciclo de avaliação, o que nos fez obter o nível 1 (um) de excelência, com a nota de 9,61.

Com as iniciativas da Alta Administração e o comprometimento das áreas internas da Empresa e dos colaboradores que, direta ou indiretamente, se envolveram nas atividades inerentes ao projeto, a Empresa de Pesquisa Energética – EPE alcançou não somente o nível máximo de Governança (Nível 1), como neste ciclo (4º), foi atribuída à Empresa a nota 10 em todas as dimensões de avaliação.

É importante ressaltar que a partir do próximo ciclo, a avaliação passará a ser realizada anualmente. Além disso, são esperadas muitas mudanças em relação ao que a SEST avaliará no 5º Ciclo de Avaliação do IG-SEST.

Maiores destaques IG-SEST

- Tiraram nota máxima no 4º ciclo do Indicador de Governança (IG-SEST): BANCO DO BRASIL, BB DTVM, BB SEGURIDADE, BNDES, BANCO DO NORDESTE, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CEITEC, ELETROBRAS, EPE, GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO, PETROBRAS, BR DISTRIBUIDORA, SERPRO e TRENSURB;
- CODERN: De 4,99 no 3º ciclo, para 9,30 no 4º ciclo;
- CPRM: De 5,85 no 3º ciclo, para 9,39 no 4º ciclo;
- HEMOBRAS: De 5,46 no 3º ciclo, para 9,38 no 4º ciclo;
- TRENSURB: De 6,11 no 3º ciclo, para 10 no 4º ciclo

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

IG-SEST
NÍVEL 1
CERTIFICADO

A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia confere à

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Certificação Nível 1 no 4º ciclo de avaliação do Indicador de Governança - IG-SEST.

Fernando Antônio Ribeiro Soares
FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES
Secretário

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS MINISTÉRIO DA ECONOMIA

3.5 Elaboração dos planos de ação para mitigação dos Riscos Estratégicos

O projeto de Elaboração dos planos de ação para mitigação dos Riscos Estratégicos está em andamento. As reuniões com os Diretores estão ocorrendo visando analisar os Riscos Estratégicos e elaborar seus devidos planos de ação para mitigação.

3.6 Elaboração e aprovação da Política de Transação com Partes Relacionadas

A divulgação de uma Política de Transações com Partes Relacionadas é uma das exigências interpostas pela Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e sua existência é um dos itens constantes em todos os ciclos de avaliação do indicador IG-SEST de governança. A EPE ainda não aprovou essa Política, contudo, além dela, a Empresa já detém instrumentos que abordam o nosso relacionamento com fornecedores e com outras instituições públicas ou privadas. Dentre esses, destacam-se: a Política de Aquisições (PDG-COA-004, de 30 de abril de 2014), o Regulamento de Licitações e Contratos (REG-DGC-002, de 02 de julho de 2018) e o Regulamento para Estabelecimento de Acordo de Cooperação (REG-DGC-001, de 12 de junho de 2017).

Salienta-se, entretanto, que a Elaboração da Política de Transações com Partes Relacionadas, contemplando aspectos ainda não abordados nos demais instrumentos é um importante vem sido tratada como prioridade. Sendo assim, a área de GRIC elaborou uma proposta e contou com a colaboração do Comitê Executivo de CGRIC-X e a submeteu para revisão e colaboração dos diretores. Após a elaboração final da minuta, a mesma foi encaminhada a CONJUR para parecer técnico. O parecer da CONJUR foi favorável; também foi ressaltado que a Política de Transação com Partes Relacionadas deve ser submetida à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração para aprovação.

A proposta da Política de Transação com Partes Relacionadas foi encaminhada para a Pauta da Reunião da Diretoria Executiva para apreciação.

3.7 Execução de palestras avulsas sobre o tema sempre que requisitado ou por iniciativa da própria área (tema recorrente)

A área de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos, promoveu no dia 18 de setembro de 2019 uma palestra sobre a temática “Governança Corporativa e Compliance”. A palestra teve como objetivo apresentar os principais temas relacionados à Governança e Compliance e apresentou o significado da EPE ter conseguido nota 10 em Governança.

A palestra contou com a participação de funcionários de diversas áreas da Empresa e foi de grande importância para a disseminação da cultura dentro da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

As transparências utilizadas durante a apresentação estão disponíveis no site da GRIC na Intranet, através do link: intranet2.epe.lan/gric/



3.8 Monitoramento do Programa de Integridade

A Diretoria executiva da Empresa aprovou o Programa de Integridade da EPE (em anexo) por meio da Resolução de Diretoria nº 01/458^a, de 11 de junho de 2018. Um Programa de Integridade é o conjunto de medidas e ações institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção. Em outras palavras, é uma estrutura de incentivos organizacionais que visa orientar e guiar o comportamento dos agentes públicos de forma a alinhá-los ao interesse da sociedade.

Contudo, de forma a bem cumprir com o disposto no inciso XV do Art. 42 do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, esse importante instrumento precisa ser monitorado visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013. Conforme estipulado no Estatuto Social da EPE, inciso XIII, do Art. 126, compete à área de GRIC atuar direta e indiretamente na implementação, coordenação e monitoramento das políticas e procedimentos de integridade na organização.

O processo para avaliação do Programa de Integridade foi elaborado pela área de GRIC e será aprovado pelo Gestor Elzenclever Freitas de Aguiar no próximo trimestre. O processo consistirá de 4 (quatro) etapas, são elas: Fase do Planejamento (1ª Etapa); Fase da Execução (2ª Etapa); Fase da Análise (3ª Etapa); Fase de Divulgação dos Resultados do Programa de Integridade (4ª Etapa), além da parte de Comunicação e Consulta. Dentro disso, foi feita no dia 18 de setembro de 2019 uma capacitação dos temas Governança Corporativa e Compliance no auditório da EPE.

Dessa forma, o monitoramento do Programa de Integridade será finalizado até o final do 4º trimestre de 2019.

3.9 Revisão de aspectos pendentes e início do monitoramento do Plano de Integridade

A Área de GRIC segue discutindo com a DGC os aspectos pendentes para que possamos dar início ao monitoramento efetivo do Plano de Integridade da EPE. Pretende-se terminar tal iniciativa até o final do 4º Trimestre.

3.10 Participações em eventos e reuniões

A área de GRIC participa como integrante fixa do grupo intitulado “Fórum de Estatais”. O fórum foi criado em abril de 2018 para troca de experiências entre as empresas públicas que o compõem, sobre a implantação de Programas de Compliance/Integridade formado por empresas públicas do Rio de Janeiro, com a finalidade de trocar ideias e informações sobre a temática Integridade e Compliance. Participam do fórum: Petrobras, Eletrobrás, CGU, FINEP, FURNAS, BNDES e a EPE.

No 3º trimestre de 2019, foram realizadas duas reuniões, sendo elas:

- 1) Participação da GRIC no IV Congresso Integra II Compliance Across Americas;
- 2) Participação no Workshop “Como o setor de Energia e o Sistema Financeiro podem incorporar os Riscos Não Financeiros em seu Planejamento? ”, que foi realizado no dia 12 de setembro na EPE;
- 3) Instrutoria interna “Governança Corporativa & Compliance”, realizada no dia 18/09/2019, das 14:30 às 16:30h, no auditório da EPE, visando apresentar conceitos e práticas relacionados à Governança Corporativa e Compliance, além de explicar o que significa a EPE ter a nota máxima no indicador IG-SEST de Governança, promovido pela SEST; foi ministrada no dia 24 de setembro no auditório da EPE;
- 4) 13º Reunião do grupo intitulado Fórum de Estatais, citado acima.

Além disso, ressaltam-se as reuniões realizadas pelo Comitê Executivo de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC-X) da EPE. No 1º Trimestre de 2019 foram realizadas 3 (duas) reuniões do referido comitê:

- 1) 6ª Reunião do Comitê de Riscos realizada em 03/07/2019;
- 2) 7ª Reunião do Comitê de Riscos realizada em 07/08/2019; e
- 3) 8ª Reunião do Comitê de Riscos realizada em 27/08/2019.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área de GRIC deu continuidade à execução de seu plano de trabalho e tem atuado diligentemente na condução das atividades necessárias. Temos certeza que todas as ações corroboraram com os requisitos necessários para o atingimento e manutenção do nível máximo do certificado IG-SEST e de sua maior nota (10), como, também, para o aperfeiçoamento da Governança institucional.

Salienta-se, também, que o procedimento para monitoramento do Programa de Integridade está em fase de conclusão e que os trabalhos relacionados ao Plano de Integridade da Empresa foram retomados.

Chama-se atenção para a elaboração dos Planos de ação para mitigação dos Riscos Corporativos e para o início dos trabalhos de Apoio à área de DP/SGP/DGC, para análise de Riscos do processo de Gestão da Folha de Pagamento da EPE

Continuamos o trabalho de apoio às áreas para a produção de suas respectivas matrizes de risco. O processo de gestão de riscos é dinâmico, sempre precisando aprofundar discussões e debates. Além disso estamos em fase de conclusão da análise de viabilidade do Selo Pró Ética, que é um projeto de grande importância para a Empresa.

Por fim, ressalta-se o contínuo apoio e importância que é dada à área, pela Alta Administração para a realização de seus projetos.